

Í N D I C E**CAPÍTULO I****DO INQUÉRITO POLICIAL**

1. Razão de ser do inquérito	7
2. Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Judiciária	8
3. Fixação das atribuições da Polícia Judiciária	8
4. Finalidade do inquérito policial	9
5. Caracteres do inquérito policial	9
6. Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial	10
7. Prazo para a conclusão do inquérito	11
8. Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito?	11
9. O inquérito é indispensável?	12
10. Qualificação direta ou indireta do indiciado	12
11. O relatório	12
12. A condução coercitiva do indiciado	13
13. Como se inicia o inquérito policial?	13
14. Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada, condicionada ou de ação privada?	14
15. Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública in- condicionada?	16
16. Modelo de portaria. Observações sobre a portaria	16
17. Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações	19
18. Modelo de requisição do Juiz. Observações	20
19. Modelo de requerimento da vítima. Observações	22
20. Modelo de representação (reduzida a termo). Observações	25
21. Modelo de representação feita por procuração. Observações. Modelo de procuração. Observações	27
22. Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações	31

CAPÍTULO II**DA PRISÃO EM FLAGRANTE**

1. O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo	39
2. Sentido da expressão flagrante delicto	43

3. Fundamento da prisão em flagrante	43
4. As modalidades de flagrante	44
5. Prisão em flagrante como ato administrativo	45
6. A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada	45
7. Como se lavra um auto de prisão em flagrante	45
8. Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto	46
9. Prazo para a conclusão do inquérito iniciado através de auto de prisão em flagrante	47
10. O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante	47
11. O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais	48
12. Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva?	49
13. Observações sobre a prisão em flagrante	49

CAPÍTULO III

DA FUNÇÃO ANÔMALA DA AUTORIDADE POLICIAL

1. Outras funções cometidas à autoridade policial. A função de dar início ao procedimento nas contravenções e no homicídio e na lesão corporal culposos	57
2. Como se inicia o processo das contravenções e do homicídio e da lesão corporal culposos	58
3. Trata-se de processo ou de procedimento?	59
4. Modelo de auto de prisão em flagrante nas contravenções	60
5. Observações sobre o procedimento sumário	63
6. O início do processo contravencional através de portaria. Modelo ..	69
7. Observações	70
8. Modelo de portaria para o homicídio ou a lesão corporal culposos	71
9. Observações	73

CAPÍTULO IV

DA AÇÃO PENAL

1. Direito de ação	79
2. O processo	80
3. O processo, forma civilizada para a composição dos litígios	82
4. Ação penal: conceito	82
5. Classificação subjetiva da ação penal	83
6. Como se inicia a ação penal: através da denúncia ou queixa	84
7. As condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para agir e interesse de agir	84
8. Condições específicas da ação	86
9. Rejeição da denúncia ou queixa	87
10. Que providências poderão ser tomadas se o Juiz receber ou rejeitar a denúncia ou a queixa?	88
11. Poderá o Promotor desistir da ação penal?	88
12. Como se instaura o processo	89
13. Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que providências poderá tomar?	89

14. Que deve conter a denúncia?	90
15. Modelo de denúncia	90
16. Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao receber os autos do inquérito	91
17. Prazos para a denúncia	92
18. O despacho do Juiz recebendo a denúncia	93
19. Outras observações	94
20. Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências ...	95
21. Observações	96
22. Pode a autoridade policial deixar de realizá-las?	97
23. Pedido de arquivamento: modelo	98
24. Observações	99
25. Arguição de incompetência (rectius : falta de atribuições)	102

CAPÍTULO V

DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Observações sobre a queixa	111
2. A decadência do direito de queixa	112
3. Procedimento do Juiz ao receber a queixa	113
4. A queixa nos crimes contra a honra. A perempção	114
5. O perdão	115
6. Se a ofendida completou 18 anos e não exerceu o direito de queixa, ao atingir os 19 poderá seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa?	115
7. As custas do processo	119
8. Modelo de queixa	120
9. Modelo de procuração	121

CAPÍTULO VI

DA DEFESA PRÉVIA

1. A defesa prévia é obrigatória ou facultativa?	123
2. Exemplo de defesa prévia	124
3. Observações sobre a defesa prévia	125

CAPÍTULO VII

DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1. O assistente de acusação	131
2. Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente?	132
3. A função do assistente	132
4. Ouvida do Ministério Público	133
5. Cabe recurso do despacho do Juiz que admitir o assistente? E se não o admitir?	133

6. Atividade do assistente	134
7. Em que hipóteses poderá recorrer?	134
8. Prazo para a interposição de recurso pelo assistente	136
9. O Poder Público pode intervir como assistente?	137
10. Nos chamados processos sumários , iniciados pela autoridade policial, poderá a vítima intervir como assistente?	137
11. A intimação da sentença	139
12. Modelos de pedido de habilitação de assistente	139
13. Modelo de procuração	141

CAPÍTULO VIII

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1. O fato típico	143
2. A antijuridicidade	144
3. A culpabilidade	145
4. A imputabilidade	146
5. A importância do exame de sanidade	147
6. Critérios para se aferir a inimputabilidade	147
7. Os menores de 18 anos	148
8. Os doentes mentais	149
9. A embriaguez	150
10. A fusão dos elementos etiológico e psicológico	151
11. Como se comprova a inimputabilidade?	151
12. Oportunidade para o exame de insanidade	153
13. Legitimidade	154
14. Procedimento	154
15. Formulação dos quesitos	156
16. A doença mental antes e depois da prática da infração	157
17. Fica o Juiz vinculado à perícia?	158

CAPÍTULO IX

DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento	159
2. Processo e procedimento	159
3. Procedimento nas hipóteses de foro privilegiado	162
4. Procedimento-regra para os crimes apenados com reclusão	163
5. Crimes apenados com reclusão sujeitos a procedimentos especiais	166
6. Crimes da competência do Júri. A primeira fase	167
7. Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação	169
8. Pronúncia. Efeitos. Libelo. Contrariedade	172
9. A competência do Tribunal do Júri	177
10. O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos verdicta	178
11. Organização e funcionamento do Júri	183
12. Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassificação	203
13. Modelo de sentença absolutória	205
14. Modelo de sentença condenatória	205
15. Modelo de sentença em caso de desclassificação	207
16. Questionário	211

CAPÍTULO X

**DOS OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA
CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO**

1. O procedimento dos processos por crimes falimentares	227
2. O foro competente	228
3. O inquérito judicial	228
4. Em que juízo deverá ser oferecida a denúncia?	229
5. O não-oferecimento de denúncia no juízo falencial impede a propositura da ação no juízo criminal?	231
6. Quando é possível a denúncia no juízo criminal	232
7. Quando é possível a queixa no juízo criminal e no juízo falencial ...	233
8. Prazos	234
9. A importância da sentença declaratória da falência	236
10. A ação penal nas pequenas falências	237
11. O procedimento dos processos por crimes de imprensa	240
12. Os prazos prescricionais	241
13. O procedimento	242
14. O procedimento dos processos por crimes eleitorais	245
15. O procedimento dos processos por crimes de responsabilidade de prefeitos municipais	247
16. Entorpecentes	253
17. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	261

CAPÍTULO XI

**DO PROCEDIMENTO PARA OS CRIMES APENADOS
COM DETENÇÃO**

1. O procedimento comum para os crimes apenados com detenção .	263
2. O procedimento especial para os crimes apenados com detençaq .	264
3. O procedimento dos processos por homicídios e lesões corporais culposos	265
4. O procedimento dos processos por crimes de abuso de autoridade	266
5. O procedimento nos crimes contra a economia popular	267
6. Crimes de imprensa apenados com detenção: procedimento	269
7. Crimes da competência do Júri apenados com detenção: procedimento	269
8. Crimes falimentares apenados com detenção: procedimento	269
9. Crimes de responsabilidade de prefeitos	270
10. Crimes contra a propriedade imaterial	270
11. Crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público, quando apenados com detenção: procedimento	275
12. Crimes contra a honra: procedimento	278
13. Entorpecentes	285

CAPÍTULO XII

DO PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES

1. O procedimento contravencional comum	287
2. O auto de prisão em flagrante presidido pelo Juiz	290

3. O auto de prisão em flagrante presidido pela autoridade policial ..	293
4. O procedimento iniciado através de portaria da autoridade policial	297
5. O procedimento iniciado mediante portaria do Juiz	297
6. O procedimento especial para as contravenções	298
7. Qualquer do povo pode provocar a iniciativa do Promotor na contra-venção de jogo de bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações?	302
8. O procedimento das contravenções eleitorais	313

CAPÍTULO XIII

DAS ALEGAÇÕES

1. Alegações finais: exemplo	317
2. Observações sobre as alegações finais	319
3. As alegações orais, ou debates, nos denominados processos sumá-rios	321

CAPÍTULO XIV

DA SENTENÇA

1. Sentença absolutória: exemplo	325
2. Sentença condenatória: exemplo	326
3. Observações sobre a sentença	329

CAPÍTULO XV

DO LIBELO

1. Noções sobre o libelo	345
2. A pronúncia, após a preclusão pro judicato , pode ser alterada?	346
3. Exemplos de libelo	346
4. Observações sobre o libelo	347
5. Libelo em série	348
6. Contrariedade do libelo	353

CAPÍTULO XVI

DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades	355
2. Fundamento	356
3. Pressupostos lógico e fundamental	358
4. Classificação da sucumbência	358
5. Pressupostos recursais objetivos	361
6. Pressupostos recursais subjetivos	367
7. Juízo de admissibilidade	368
8. Extinção anormal dos recursos	369
9. Classificação dos recursos	369

10. Recursos voluntários e necessários	370
11. Efeitos dos recursos	372

CAPÍTULO XVII

DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. Exemplo de interposição	375
2. Exemplo de razões	376
3. Exemplo de contra-razões	378
4. Observações	380
5. O recurso em sentido estrito	382
6. A enumeração feita pelo art. 581 é taxativa?	383
7. Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito?	383
8. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	383
9. Prazo para razões e contra-razões	384
10. O Juiz pode retratar-se?	385
11. E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer?	385
12. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	386
13. Quando é que o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça?	387
14. O recurso em sentido estrito será sempre endereçado ao Tribunal de Justiça ou ao Tribunal de Alçada?	388
15. As decisões que comportam recurso em sentido estrito	389
16. Modelo de interposição de recurso por termo nos autos	391

CAPÍTULO XVIII

DO RECURSO DE APELAÇÃO

1. Exemplo de interposição de recurso de apelo	395
2. Exemplo de razões	396
3. Exemplo de contra-razões	399
4. Noções	402
5. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	402
6. Toda sentença absolutória ou condenatória comporta o recurso de apelo?	404
7. Como se interpõe a apelação?	404
8. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões	405
9. Quando da interposição de recurso, nas razões e contra-razões podem ser juntados documentos?	406
10. Pode o apelante protestar pelo oferecimento de suas razões na superior instância?	406
11. A quem é endereçado o recurso de apelo?	407
12. Apelação plena e limitada	407
13. Prazo para a remessa dos autos à superior instância	407
14. Pressupostos próprios do recurso de apelo	408
15. Extinção anormal da apelação	409
16. Em qualquer apelação, o juízo ad quem funciona sempre como judicium rescindens e judicium rescisorium?	410

17. A apelação sobe nos próprios autos?	411
18. O § 4.º do artigo 593	411
19. A apresentação de razões na superior instância somente será possível na apelação?	412
20. Apelação sumária e apelação ordinária	412
21. Efeitos do recurso de apelação	412
22. A apelação do assistente tem efeito suspensivo?	413
23. A proibição da reformatio in pejus	413

CAPÍTULO XIX

DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Modelo de interposição	417
2. Noções	418
3. É exclusivo da Defesa?	418
4. Quando cabe	419
5. Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá protesto?	419
6. Poderá a Defesa protestar e apelar?	421
7. Quantas vezes poderá o réu protestar por novo Júri?	422
8. Realizado o segundo julgamento, poderá o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento?	422
9. Razão histórica do protesto	423
10. Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?	428
11. O jurado que participou do julgamento anterior poderá fazer parte do conselho de sentença no segundo julgamento?	428

CAPÍTULO XX

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Modelo de interposição com as respectivas razões	431
2. Modelo de parecer da Procuradoria da Justiça	434
3. Considerações preliminares	436
4. Os embargos infringentes e os de nulidade	438
5. Prazo para a sua interposição e o respectivo procedimento	439
6. Os embargos infringentes e de nulidade são oponíveis contra qualquer decisão não-unânime de segunda instância?	441
7. Os embargos na Suprema Corte	442
8. A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar	444
9. Para a interposição dos embargos deverá o réu recolher-se à cadeia?	445

CAPÍTULO XXI

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Modelo	447
2. Generalidades	448
3. Quando podem ser opostos	449
4. A quem são dirigidos	449
5. Procedimento	449

6. Cabe recurso do despacho do relator que indefere o requerimento liminarmente?	450
7. Quem pode interpor os embargos?	451
8. Quem os julga?	451
9. Os embargos na inferior instância	451
10. Retratabilidade	452
11. Suspende o prazo de outro eventual recurso?	452

CAPÍTULO XXII

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. Exemplo de interposição de carta testemunhável	453
2. Exemplo de razões	455
3. Exemplo de contra-razões	457
4. Observações sobre a carta testemunhável	460
5. Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável?	460
6. O prazo para ser requerida a carta testemunhável	462
7. A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante	463
8. A carta testemunhável tem efeito suspensivo?	464
9. Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância?	464
10. Razões históricas da carta testemunhável	464
11. Como se conta o prazo	465

CAPÍTULO XXIII

DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Modelo	467
2. Exemplo de razões	468
3. Exemplo de contra-razões	471
4. Generalidades	472
5. Cabimento	472
6. Admite-se a correição no processo civil?	473
7. Origem	474
8. Surgimento da correição no Estado de S. Paulo	474
9. É inconstitucional?	474
10. É recurso?	475
11. Procedimento	476

CAPÍTULO XXIV

DO "HABEAS CORPUS"

1. Exemplo de impetração de habeas corpus perante o Juiz de Direito	480
2. Considerações sobre o habeas corpus	482
3. O habeas corpus é um recurso?	483
4. O habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa?	484
5. Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxar a prisão, estará concedendo habeas corpus de ofício?	484
6. Qual o órgão competente para conhecer do pedido de habeas corpus ?	485
7. A competência originária	485

8. A competência recursal	488
9. Se, impetrada a ordem de habeas corpus , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada?	490
10. Os órgãos inferiores da Justiça Militar podem conhecer de pedidos de habeas corpus ?	490
11. Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de habeas corpus , que recurso será oponível?	491
12. Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que providência poderá ser tomada?	491
13. Alguns casos de habeas corpus	492
14. As informações a serem prestadas pela autoridade coatora	493
15. Exemplo de habeas corpus impetrado ao Tribunal de Alçada	494
16. Outras observações sobre o habeas corpus	498
17. A sustentação oral do habeas corpus	498
18. Exemplo de habeas corpus impetrado ao Supremo Tribunal Federal ..	498
19. Outras observações sobre o habeas corpus	501
20. O pedido de habeas corpus pode ser reiterado?	501
21. O habeas corpus pode beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem?	502
22. E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário?	502
23. Nas transgressões disciplinares caberá habeas corpus ?	504
24. E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de habeas corpus , que providência poderá ser tomada?	504
25. Pode ser impetrada ordem de habeas corpus contra ato do particular?	504
26. O habeas corpus preventivo e o liberatório	505
27. Finalidade do habeas corpus	509
28. Apresentação do paciente	509
29. Sanções	510
30. Pedido de informações	510
31. Intervenção do Ministério Público	510
32. Como pode ser impetrada a ordem?	511
33. Concessão	511
34. Não-cabimento	512
35. O direito protegido pelo habeas corpus	512
36. A palavra iminência contida no corpo do art. 647 do Cód. de Proc. Penal foi abolida pela Constituição?	513
37. Liminar em " Habeas Corpus "	514

CAPÍTULO XXV

DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1. Exemplo de interposição	517
2. Exemplo das razões	518
3. Exemplo de parecer da Procuradoria	523
4. Os dois tipos de recurso ordinário-constitucional	524
5. O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese dos arts. 129, § 2.º, e 119, II, b , da Magna Carta	525
6. Trata-se de verdadeira apelação especial	525
7. Providência contra a denegação de recurso criminal ordinário-constitucional	526

8. O recurso criminal ordinário-constitucional na hipótese do art. 129, § 1.º, da Magna Carta	526
9. Razão de ser do recurso criminal ordinário-constitucional	527
10. O recurso ordinário-constitucional	529
11. Procedimento	530

CAPÍTULO XXVI

DA REVISÃO CRIMINAL

1. Exemplo de propositura de revisão criminal	533
2. Apresentada a petição, que providência deve ser tomada?	535
3. Generalidades	536
4. O erro judiciário e a coisa julgada	538
5. A revisão pro societate	540
6. A revisão criminal no Brasil	540
7. A natureza jurídica	542
8. Pressuposto primordial da revisão	543
9. Oportunidade	544
10. Legitimidade	544
11. O Ministério Público poderá requerer a revisão?	546
12. A revisão e a decisão do Júri	547
13. Competência	549
14. Os fundamentos do pedido	551
15. Extinção da punibilidade	552
16. Unificação das penas	553
17. Revisão para aumentar a pena	554
18. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	554
19. O condenado precisa recolher-se à cadeia?	555
20. Conversão em diligência	556
21. As regras dos arts. 621 e 626 do C.P.P.	556
22. Absolvição e revisão	557
23. Prazo	557
24. O pedido	557
25. Procedimento	558
26. Julgamento	559
27. Improcedência	560
28. Procedência	561
29. Conseqüências	561
30. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?	562
31. Reiteração	565
32. Sentença estrangeira	565
33. A Justiça Eleitoral	565
34. Morte do condenado	566
35. A indenização	566

CAPÍTULO XXVII

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais	569
2. Recurso extraordinário: conceito, razão de ser	570

3.	A denominação extraordinário	572
4.	Outras funções do Supremo Tribunal Federal	572
5.	Quando é cabível o recurso extraordinário?	573
6.	Legitimidade	580
7.	Procedimento	581
8.	Denegação. Recurso oponível	584
9.	O agravo de instrumento deve obedecer às disposições do Código de Processo Civil ab-rogado?	585
10.	Procedimento no juízo ad quem	585
11.	Problemas especiais	586
12.	Súmulas	587
13.	Modelos	589

CAPÍTULO XXVIII

DOS AGRAVOS

1.	Modelo de agravo de instrumento	597
2.	Os agravos no processo penal	600
3.	O agravo de instrumento	600
4.	O agravo inominado	604
5.	O agravo regimental	605
6.	O recurso inominado	608